

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS –
ICEAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TIAGO NOGUEIRA LEDERHANS

**ANÁLISE DO PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO PERÍODO DE 2012 A 2014**

**Rio Grande
2015**

Tiago Nogueira Lederhans

**ANÁLISE DO PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO PERÍODO DE 2012 A 2014**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Tiarajú Alves de Freitas.

**Rio Grande
2015**

Tiago Nogueira Lederhans

**ANÁLISE DO PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO NO MUNICÍPIO DE
RIO GRANDE NO PERÍODO DE 2012 A 2014**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiarajú Alves de Freitas – Orientador – Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Msc. Patrícia Franzoni – Membro – Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Dra. Audrei Cadaval – Membro – Universidade Federal do Rio Grande

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as características do microcrédito via Programa Gaúcho de Microcrédito, dentro do Município de Rio Grande e no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2012 a 2014, desta forma pode-se identificar o quanto o microcrédito no município de Rio Grande contribuiu para os números obtidos em âmbito Estadual. O trabalho apresenta um referencial teórico, justamente com a definição de microcrédito, seus principais registros no mundo, na América Latina e no Brasil. Este trabalho tem como método uma análise descritiva com base nos dados obtidos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Juriti Microfinanças, responsáveis respectivamente pelas informações do microcrédito via Programa Gaúcho de Microcrédito no Estado e no Município. O microcrédito, via PGM no RS, apresentou seu ápice no ano de 2013, com o volume total de 184 milhões de reais. No mesmo ano apresentou seu melhor resultado no município, totalizando o volume de 313 milhões de reais. O montante total no Rio Grande do Sul, sem o Município, foi de 467 milhões de reais. Em Rio Grande, no período da pesquisa, obteve-se o volume total de microcrédito no valor de 787 mil reais, o que corresponde a 0,17% quando comparado com o volume total obtido dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavra chave: Microcrédito. Micro e pequena empresa. Programa Gaúcho de Microcrédito.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Rio Grande – RS.....	23
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pequenas empresas na economia brasileira.....	20
Gráfico 2: Distribuição da carteira por faixa de valor financiado no RS.....	29
Gráfico 3: Distribuição da carteira por utilização do crédito.....	30
Gráfico 4: Distribuição da carteira por gênero.....	30
Gráfico 5: Distribuição da carteira por formalização.....	31
Gráfico 6: Distribuição da carteira por setor.....	32
Gráfico 7: Distribuição da carteira por faixa de valor financiado.....	35
Gráfico 8: Distribuição da carteira por utilização do crédito.....	36
Gráfico 9: Distribuição da carteira por gênero.....	36
Gráfico 10: Distribuição da carteira por formalização.....	37
Gráfico 11: Distribuição da carteira por setor.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dez maiores municípios do RS segundo o PIB – 2012.....	24
Tabela 2: Os dez maiores IDHM (2010) das dez maiores cidades do RS segundo o PIB (2012).....	25
Tabela 3: Os dez maiores GINI (2010) dos dez maiores municípios segundo o PIB (2012).....	25
Tabela 4: Os dez maiores IFDM (2011) das dez maiores cidades segundo o PIB (2012).....	26
Tabela 5: Microcrédito, via PGM, no RS.....	28
Tabela 6: Microcrédito, via PGM, em Rio Grande.....	34
Tabela 7: Representação do total de volume de microcrédito.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Definição do microcrédito.....	10
2.2 Papel do microcrédito no combate a pobreza.....	12
2.3 Microcrédito no mundo.....	14
2.4 Microcrédito na América Latina.....	16
2.5 Microcrédito no Brasil.....	17
2.6 O Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM).....	19
2.7 Pequenos negócios no Brasil.....	20
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 O método de pesquisa e seu objetivo.....	22
3.2 O município de Rio Grande – RS.....	23
3.3 A base de dados.....	26
4 MICROCRÉDITO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	28
5 MICROCRÉDITO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

O número de pequenos empreendimentos cresce a cada ano no Brasil, conforme pode-se constatar através dos órgãos competentes, como o SEBRAE/RS. Grande parte destes pequenos negócios se encontra na informalidade, visto a grande carga tributária, a burocracia e a dificuldade de acesso ao crédito. Esses microempreendedores, por falta de acesso ao crédito, acabam diminuindo o seu ritmo de crescimento econômico, o que provavelmente afetará a saúde financeira da sua pequena empresa, gerando o fim do empreendimento por falta de recurso para investimentos em melhorias ou mesmo capital de giro.

O microcrédito surgiu como alternativa para tentar minimizar o problema da falta de acesso ao crédito tradicional, com o objetivo de atender as micros e pequenas empresas, estando ou não na formalidade. Em grande parte dos casos, o microcrédito é um importante recurso para os micros e pequenos empresários.

Com o objetivo de fomentar o acesso ao microcrédito no Estado do Rio Grande do Sul surge, em 2011, o Programa Gaúcho de Microcrédito – PGM, instituído pelo Governo do Rio Grande do Sul e administrado pela Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMP. O grande diferencial do programa está justamente na taxa de juros mais baixa que a verificada no mercado e também na desburocratização do acesso ao crédito, tendo em vista ser mais fácil e rápido a obtenção do empréstimo.

O acompanhamento do agente fomentador também é de extrema relevância, pois o pequeno empreendedor não estará sozinho na administração e no bom uso do crédito obtido, visto a presença de um profissional de finanças que estará à disposição do empreendedor para apoio no seu negócio.

Em âmbito local, no município de Rio Grande, após parceria entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande – PMRG e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, a partir de 2012, disponibilizou-se linhas de microcrédito para micros e pequenas empresas dentro do PGM. Desta forma, a cidade de Rio Grande também passa a possuir o microcrédito através do Programa Gaúcho de

Microcrédito, fazendo com que os micros empreendedores do município fossem atendidos pelo programa.

Face ao exposto o objetivo deste trabalho é analisar as características do microcrédito via Programa Gaúcho de Microcrédito, dentro do Município de Rio Grande e no Estado do Rio Grande do Sul, bem como fazendo um apanhado geral sobre o tema. Desta forma pode-se identificar o quanto o microcrédito, no município de Rio Grande, contribuiu para os números obtidos em âmbito Estadual.

Em um primeiro momento fez-se uma revisão da literatura sobre o tema em âmbito internacional e nacional. Ou seja, apresenta-se o tema microcrédito através do referencial teórico, mostrando a sua definição, os seus principais registros no mundo, na América Latina e no Brasil.

Metodologicamente, além da parte exploratória, fez-se, também, uma análise descritiva através do banco de dados do PGM envolvendo todos os tomadores de microcrédito no município no período de análise. Os dados de Rio Grande foram contextualizados com os dados do Rio Grande do Sul. É importante salientar que existem outras fontes de microcrédito além do PGM. No entanto, a base de dados analisada aqui envolve somente o Programa Gaúcho de Microcrédito.

O primeiro capítulo, desta monografia, consiste em uma breve introdução a este trabalho. O segundo aborda o referencial teórico, justamente com a definição de microcrédito, a importância do microcrédito no combate a pobreza, seus principais registros no mundo, na América Latina e no Brasil. Encontram-se também, neste capítulo, a contextualização do Programa Gaúcho de Microcrédito e um panorama da representatividade das pequenas empresas no Brasil.

O capítulo três discorre da metodologia a ser utilizada, com o intuito de analisar o PGM, no município de Rio Grande, no período de 2012 a 2014. Este capítulo contempla o método de pesquisa e seu objetivo, bem como uma contextualização do município de Rio Grande – RS e a base de dados que foi utilizada neste trabalho.

O capítulo quatro aborda as características e os resultados obtidos através do Programa Gaúcho de Microcrédito no Estado do Rio Grande do Sul, dados estes fornecidos pelo setor de microcrédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.

O capítulo cinco aborda as características e os resultados obtidos através do Programa Gaúcho de Microcrédito no município de Rio Grande, dados estes fornecidos pela Juriti Micro finanças, que é uma organização não governamental credenciada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Por fim, no capítulo seis constam as considerações finais, que contemplam os resultados obtidos e suas interpretações com base na metodologia empregada e no banco de dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda a revisão da literatura sobre microcrédito, que inclui a definição do termo, os registros de maior significância encontrados no mundo sobre microcrédito, os registros na América Latina e no Brasil. Também é destacado, neste capítulo, o Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM), visto que o mesmo é o projeto fomentador do microcrédito no Rio Grande do Sul.

2.1 Definição do microcrédito

O microcrédito é um termo usado para designar um tipo específico de empréstimo, ofertado por instituições de micro finanças, que possui como característica fundamental, o pequeno valor a ser emprestado, tendo em vista ser direcionado para um público seletivo, definido pela renda ou atividade. É um crédito destinado a produção (capital de giro ou investimento) e a destinação deste recurso, para empreendedores de baixa renda, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento.

No entanto, a definição de microcrédito não é única, mas a ideia final do termo é um consenso. Microcrédito é, conforme afirma Coutinho (2002, p.23 *apud* Alves e Camargos 2014, p.60),

Um crédito de pequeno valor concedido aos micro e pequenos empreendimentos (de base individual, familiar, comunitária ou empresarial) para ser utilizado de forma produtiva, na construção, manutenção e desenvolvimento desses empreendimentos.

Para Alves e Soares (2003, p.6), microcrédito é “a atividade de conceder crédito de pequena monta e diferencia-se dos demais empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada”. Ou seja, de fato o processo de análise e oferta do empréstimo é diferenciado, pois o crédito é orientado e assistido na qual faz presente a participação do agente fomentador que, através de visitas ao empreendimento, sugere alternativas para melhoria do negócio.

A definição de microcrédito dada pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002, P.11) “é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais”. A maioria dos autores elucida bem o surgimento do microcrédito justamente como uma forma de minimizar a pobreza.

Os programas de microcrédito, em economias as voltas com a pobreza, surgiram a partir da percepção do fosso existente entre, de um lado, as necessidades de crédito para dar materialidade ao empreendedorismo presente entre os pobres e, de outros, as características de funcionamento intrínsecas aos sistemas financeiros tradicionais. Eliminando os dois vieses acima, é possível enxergar, na economia, uma gama de atividades de pequena escala, baixos requisitos de capital, tecnologia e qualificação de mão-de-obra, que nem por isso deixam de ser agregadores de valor e de constituir-se em oportunidades para pequenos investimentos. (CANUTO 2001, p.01).

Muito frequentemente o termo microcrédito é confundido com o de microfinanças, geralmente isso ocorre por falta de conhecimento ou quando uma instituição de microfinanças possui apenas o crédito como serviço. Conforme Naqvi e Guzmán (2003, p. 97),

Microfinanças refere-se ao crescente número de instituições que fornecem sistemas inovadores de poupança, empréstimos e serviços de seguro para pessoas de baixa renda. Esse grupo de clientes não costuma ser atendido pelo setor bancário comercial devido aos altos custos relativos às pequenas transações. Tais serviços são chamados de “micro” devido às pequenas somas de dinheiro que cobram e emprestam (depósitos entre U\$ 5 e U\$ 50, no caso da América Latina).

Segundo Newlands (2014, p. 235), “microfinanças refere-se a serviços financeiros voltados à população de baixa renda, não necessariamente para atividade produtiva, o que pode ser um crédito normal, poupança, seguro, penhor, entre outros”.

Para Fiori *et al* (2002, p.3),

Espera-se que as instituições de microfinanças sejam capazes de oferecer uma gama de produtos adequada às necessidades do seu público-alvo, e que se integrem cada vez mais ao sistema financeiro formal, por ser este a fonte essencial e permanente de recursos para suas operações.

Fica claro que o microcrédito está inserido no contexto de microfinanças e conseqüentemente tem como principais características: ausência de garantias reais, aquisição de crédito ágil de acordo com o ciclo de negócios do empreendimento, baixo custo na transação, forte impacto social na comunidade e metodologia específica.

Para diferenciar-se do crédito concedido pelos grandes bancos comerciais, criou-se, no Brasil, o Microcrédito Produtivo e Orientado – MPO que tem como principal característica a presença dos agentes de crédito ou agentes fomentadores que se dirigem até o local do empreendimento para avaliar as reais necessidades e as condições do negócio, bem como as condições de pagamento. Esse profissional, além de oferecer o microcrédito, acompanha a evolução do empreendedor e fornece todas as orientações necessárias para que o crédito adquirido possa de fato melhorar as condições de trabalho deste empreendedor (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

2.2 Papel do microcrédito no combate a pobreza

Tendo em vista que uma das propostas do microcrédito é fazer com que o indivíduo saia da condição de pobreza, mediante sua inserção no mercado de trabalho, o tema é relevante socialmente, pois se torna uma ferramenta de combate a pobreza.

Segundo Schreiber (2009, p.18), desenvolvem-se três conceitos de pobreza: a pobreza absoluta que identifica a falta de renda para garantir a sobrevivência do indivíduo, pobreza relativa quando a renda individual não acompanha a renda per capita estabelecida na região que o indivíduo encontra-se e a pobreza como ausência de capacidades para o exercício da plena cidadania.

Em um sentido mais amplo, a pobreza pode ser entendida como uma barreira que impede os indivíduos de alcançarem funções básicas, dentre as quais podemos citar a permanência de estar vivo, ter uma vida saudável, ter uma liberdade de expressão e ser integrado a sociedade.

Fica claro que a pobreza pode ter vários significados, desde a falta de alimentação, vestuário e restrição quando a saúde, como também na carência de bens e serviços essenciais para a sobrevivência. A exclusão social também é um ponto primordial como sendo um fator importante para um indivíduo ser considerado

pobre. Logo, fica claro, que as relações sociais representam os elementos-chaves para a compreensão da pobreza (PEREIRA, 2002).

Conforme Schreiber (2009, p.19),

Pode-se afirmar, portanto, que a pobreza não resulta de uma única causa, e sim de um conjunto de carências; falta de acesso à saúde, à educação e às oportunidades, e ao crédito são alguns dos fatores que estão na sua origem. A falta de acesso ao crédito constitui uma limitação ao exercício da cidadania. Caso precise comprar medicamentos ou providenciar um funeral o pobre pode ser obrigado a se desfazer de ativos importantes para sua sobrevivência como a vaca ou a bicicleta.

O microcrédito surge como uma grande ferramenta no combate à pobreza, pois conforme Canuto (2001, p.01)

Os programas de microcrédito, em economias voltadas para a pobreza, surgiram a partir da percepção do fosso existente entre, de um lado, as necessidades de crédito para dar materialidade ao empreendedorismo presente entre os pobres e, de outro, as características de funcionamento intrínsecas aos sistemas financeiros tradicionais. Eliminando os dois vieses acima, é possível enxergar, na economia, uma gama de atividades de pequena escala, baixos requisitos de capital, tecnologia e qualificação de mão-de-obra, que nem por isso deixam de ser agregadores de valor e de constituir-se em oportunidades para pequenos investimentos.

Existem estudos que comprovam que o microcrédito tem grande potencial para ajudar quem o utiliza a sair da linha da pobreza. Isso ocorre visto que o acesso ao microcrédito suaviza os efeitos das oscilações da renda sobre o consumo, viabiliza o aproveitamento de oportunidades de investimento que na ausência de crédito não poderiam ser aproveitadas, melhora a gestão do risco trazendo segurança para as decisões empresariais e contribui para o acúmulo de capital tanto físico quanto humano (SCHREIBER, 2009).

O microcrédito está ligado diretamente ao desenvolvimento de pessoas, empresas e do próprio país, portanto fica clara a importância do crédito para o desenvolvimento. Segundo (SCHUMPETER, 1982), o desenvolvimento econômico é motivado por três fatores: a inovação tecnológica, a presença do empresário empreendedor e o acesso ao crédito.

De acordo com (MENEZES, 2003), os empreendedores são os propulsores do desenvolvimento econômico e que a capacidade empreendedora é proporcional com as condições do indivíduo. Desta forma, o acesso ao microcrédito

ao empreendedor que não teria acesso tradicional de crédito, faz com que a economia se torne dinâmica, competitiva e geradora de oportunidades.

Fica claro que o microcrédito pode ajudar no combate a pobreza, tendo em vista que oferece uma oportunidade para o indivíduo que está precisando de recurso em curto prazo, desta forma o mesmo não precisa, por exemplo, se desfazer de bens importantes para viabilizar um negócio que possa gerar renda para ele e sua família.

2.3 Microcrédito no mundo

O primeiro registro de microfinanças ocorreu no sul da Alemanha, em 1846, onde um rigoroso inverno assolava a região. Isso obrigou os fazendeiros locais a ficarem nas mãos de agiotas. Sem crédito os fazendeiros não tinham o que produzir nem o que vender. Sensibilizado com esta situação, o pastor Raiffeisen passou a ceder farinha de trigo aos fazendeiros para fabricação e comercialização de pão, gerando capital de giro para os seus negócios. Esse empreendimento acabou crescendo e tornando-se uma cooperativa de crédito para a população carente (MONZONI 2006).

O começo do microcrédito remonta ao século XIX, com o surgimento das cooperativas de crédito, onde o objetivo era justamente ajudar populações de baixa renda a conseguirem crédito. Até 1910, a Alemanha tinha 1,4 milhões de pessoas atendidas pelas cooperativas de crédito. A rápida expansão das mesmas atingiram Irlanda e Itália, e conseqüentemente o sul da Índia. Em 1946 as cooperativas já atingiam 9 milhões de pessoas (MONZONI, 2006).

No entanto, a experiência que de fato popularizou o microcrédito ocorreu no ano de 1976, através do professor e economista Muhammad Yunus da Universidade de Chitang, em Bangladesh, que mesmo verificando o estado de miséria dos moradores do local, percebeu que os mesmos exerciam alguma atividade produtiva para sobreviverem, no entanto acabavam sendo explorados por agiotas que ofereciam empréstimos, mas ficavam com a maior parte dos lucros. Yunus sentiu a necessidade de ajudar a comunidade local e começou a emprestar recursos pessoais, sem a cobrança de juros, a famílias que possuíam alguma atividade produtiva.

A partir deste ponto, o economista percebeu que deveria existir alguma instituição que atendesse esse tipo de público. Yunus (2008, p.62-63) afirma,

No passado, as instituições financeiras sempre se perguntavam: “Os pobres são merecedores de créditos?”, e a resposta era sempre negativa. Em resultado, os pobres simplesmente foram ignorados e excluídos do sistema financeiro, como se não existissem. Eu inverti, então, a pergunta: “Os bancos são merecedores das pessoas?” Quando descobri que não eram, compreendi que era hora de criar outro tipo de banco.

Após percorrer vários bancos públicos no seu país, para tentar resolver o problema da fome em Bangladesh, juntamente com a sua ideia inicial de empréstimos para os pobres, Yunus não tinha resultados satisfatórios, pois os bancos ainda possuíam muita resistência a conceder empréstimos aos mais pobres. Portanto, em 1983, o economista acabou criando a sua própria instituição: o Grameen Bank (YUNUS, 2000).

Foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente intenção de me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grameen têm um único objetivo: por fim à pobreza, esse flagelo que humilha e denigre tudo o que um ser humano representa (YUNUS, 2000, p.25).

O objetivo principal do novo banco era o de estender os serviços de crédito às pessoas que não possuíam condições de demandar empréstimos concedidos da forma tradicional, ou seja, atender os empreendedores mais pobres. Desta forma, conseguiria eliminar a presença dos agiotas que estavam prejudicando os moradores de Bangladesh.

Mais do que um simples empréstimo, o “Banco dos Pobres”, como era conhecido o Grameen Bank, visava acabar com um ciclo vicioso que incentivava a permanência do trabalho escravo na região e na ausência de serviços públicos mínimos para sobrevivência da população como: habitação, saúde, educação, transporte, etc.

Yunus começou atendendo a uma demanda de apenas 42 pessoas, que pretendia obter um empréstimo total de US\$ 27,00, pouco mais do que 50 centavos de dólar por pessoa (YUNUS, 2000). Nesse contexto nasce o conceito do aval solidário, na qual todos se responsabilizavam mutuamente pela devolução do dinheiro emprestado.

Conforme Yunus (2008, p.71),

Como trabalhamos com os pobres, percebemos rapidamente que para o Banco Grameen não bastava fornecer serviços financeiros. Também era essencial promover uma pauta de forte cunho social. A organização básica do banco e seus programas de empréstimo constituem um exemplo.

Esta ideia mudou o conceito de empréstimo e deu base para a nova concepção de crédito para os pobres. Em 2008 o Grameen Bank, fundado pelo economista Muhammad Yunus, já concedeu empréstimos para mais de sete milhões de pobres em 78 mil aldeias de Bangladesh (YUNUS, 2008). O caso de Yunus, na Ásia, originou outros espalhados pelo mundo.

2.4 Microcrédito na América Latina

Na América Latina teve-se o Banco do Sol como grande idealizador das operações de microcrédito. Conforme afirma Monzoni (2006, p.41),

Em 1986, uma parceria entre a Acción Internacional e alguns empresários locais criou a Fundación para Promoción y el Desarrollo de la Microempresa (PRODEM), uma ONG que fornecia pequenos empréstimos para comerciantes em zonas urbanas na Bolívia. Em 1988, essa ONG havia crescido tanto que o empreendimento foi transformado em uma controladora de um banco privado comercial, especializado no atendimento a microempresas do setores formal e informal, rurais e urbanos, o Banco Sol. Em 1997, o banco foi a primeira instituição de microfinanças no mundo a distribuir dividendos a seus acionistas. Hoje, o Banco Sol é exemplo de sucesso e um dos principais bancos bolivianos, tendo emprestado mais de US\$ 1 bilhão desde que se tornou banco, em 1992.

Ainda na Bolívia, tiveram-se mais referências importantes do microcrédito, segundo Monzoni (2006, p.41),

Na Bolívia, outras instituições merecem destaque: o Crédito con Educación Rural (CRESCER), uma ONG criada em 1990 que só oferece serviços de crédito acoplados a educação para mulheres e tem carteira ativa de US\$ 16 milhões e 74 mil clientes; o Banco de los Andes Procred, que, ao fim de 2005, contava com outros 74 mil clientes que juntos movimentavam US\$ 146 milhões; o ProMujer – Bolivia, uma ONG criada em 1990 com recursos da USAID e do governo boliviano, especializada em capacitação em negócios e empréstimos de pequena monta para mulheres, que tinha, ao fim de 2005, 64,5 mil clientes e US\$ 11 milhões de carteira ativa; e o Fondo Financiero Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas (FIE), ONG fundada em 1985 que oferece microcrédito produtivo para famílias e

microempreendedores sem acesso aos instrumentos financeiros tradicionais, que contava, ao fim de 2005, com 56,4 mil clientes e US\$ 73,85 milhões em carteira.

Na Colômbia tiveram-se como destaque o atendimento preferencial as mulheres, conforme afirma Manzoni (2006, p.42),

Na Colômbia, quatro ONG distinguem-se no mercado de microfinanças, com uma característica em comum: o atendimento preferencial à mulher. Juntas, totalizam um atendimento a 241 mil clientes e emprestam US\$ 204,5 milhões. A maior delas é a Women's World Bank, de Cali, seguida pela Fundación Mundo Mujer, com escritórios em Popayán e Bucaramanga, e pela Corporación Mundial de laMujer – Colombia, de Bogotá.

Na América Latina, ainda tiveram o Peru, Equador, Chile, Paraguai e Uruguai como países com boas tradições em programas de microcrédito (MANZONI, 2006).

2.5 Microcrédito no Brasil

No Brasil, teve-se como primeiro registro de iniciativa do microcrédito o programa UNO, feito pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações em 1973.

Concomitantemente à concessão do crédito, a UNO capacitava os clientes em temas básicos de gerenciamento. Além disso, produzia pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito. Todo esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra. A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos, em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de milhares de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina(TOMELIN 2003, p.2).

A primeira experiência com aval solidário se deu em Porto Alegre, conforme afirma Tomelin (2003, p.3),

A partir da experiência da AccionInternacional e de organizações não governamentais colombianas, a metodologia dos Grupos Solidários, que utiliza o aval solidário, foi replicada no Brasil. A primeira experiência aconteceu em Porto Alegre, em 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS),instituído sob a forma de organização não governamental.O Centro Ana Terra contou também com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID e da Inter-

American Foundation/iaf para a composição inicial defunding (recursos para empréstimos). O sucesso do Centro resultou na sua reprodução em vários estados brasileiros totalizando, atualmente, doze Centros de apoio aos Pequenos Empreendimentos.

Em 1989 foi criado o Banco da Mulher, na Bahia com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que atendia ao público feminino e posteriormente também o masculino (TOMELIN, 2003).

Em 1995 a prefeitura de Porto Alegre criou a organização não governamental Porto Sol. Segundo Tomelin (2003, p.3),

A Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com entidades da sociedade civil, promoveu a criação da organização não governamental Portosol – Instituição Comunitária de Crédito. Teve início, então, a formação de um modelo institucional que vem sendo referência para a criação de várias entidades de microcrédito no país, baseadas na iniciativa do Poder Público e no controle pela sociedade civil e apoiadas no princípio da auto sustentabilidade das organizações.

A iniciativa mais antiga entre os bancos federais foi a do Credi Amigo do Banco do Nordeste – BNB, em funcionamento desde 1998. Com a criação de uma OSCIP, para operar o microcrédito, o instituto realizava a análise de crédito, o assessoramento empresarial e o acompanhamento dos pagamentos. O programa trabalhava nos moldes do microcrédito produtivo orientando, ou seja, com a presença do agente fomentador, das quais eram agrônomos terceirizados (COSTA, 2010).

Atualmente, no Brasil, o microcrédito é concedido por meio de ações do Poder Público, da sociedade civil e instituições privadas. Uma grande diferença do microcrédito para o crédito tradicional está justamente na metodologia aplicada, que implica na presença do agente fomentador, que vai até o local onde o candidato ao crédito exerce o seu empreendimento, para fazer a análise das reais necessidades e as condições do negócio. Outro ponto de grande diferença ao crédito tradicional está no sistema de garantias, ou seja, as garantias são mais próximas das condições socioeconômicas dos tomadores de microcrédito. As garantias podem ser ofertadas individualmente através de um avalista/fiador ou coletivamente através da formação de um grupo solidário, que consiste, geralmente, de três a cinco pessoas em que cada um é avalista e tomador ao mesmo tempo.

Em geral, governos estaduais, municipais e governo federal estão implementando experiências de microcrédito, que concedem o crédito diretamente ao tomador. As formas como que o processo ocorre são bastante diversificadas, do mesmo jeito que as fontes de financiamento. Essas experiências de microcrédito espalhadas pelos municípios estão ligadas diretamente as políticas de geração de ocupação e renda, e são conhecidas como “Bancos do Povo”. Os governos estaduais e municipais visam a criação de fundos exclusivos ao microcrédito e, através de parcerias com entidades criadas para esse fim, operacionalizam o programa.

2.6 O Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM)

No segundo semestre de 2011, o Governo do Rio Grande do Sul, através do Decreto 48164 de 15 de julho de 2011, instituiu o Programa Gaúcho de Microcrédito, sob a coordenadoria da Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMP, com o objetivo de oportunizar empréstimos para atender as necessidades financeiras de atividades produtivas de micro empreendedores do Estado, visando fomentar os pequenos empreendedores do Rio Grande do Sul. No âmbito local, em 2012, a Prefeitura do município de Rio Grande e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul) firmaram convênio para a disponibilização de linhas de microcrédito para micros e pequenos empreendedores formais e informais. Segundo a SESAMP (2014), mais de R\$ 439.208.567,53 foram injetados na economia do Rio Grande do Sul através do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Tendo em vista a importância para o desenvolvimento local do acesso ao microcrédito produtivo e orientado, que é o foco do PGM, o assunto abordado torna-se de extrema importância justamente pelo estímulo gerado à comunidade para que, através de incentivos, possam gerar desenvolvimento econômico local fomentando a economia dos municípios atendidos pelo programa.

O microcrédito, mesmo que ainda seja um instrumento novo de desenvolvimento econômico e além do que foi exposto neste capítulo, apresenta resultados menores, mas interessantes em diferentes estados do país. Como cita Prado (2002), o microcrédito foi bem sucedido no Banco do Nordeste S.A, Banco do

Povo em Santo André (SP), Associação de Crédito Popular Banco do Povo (MG) e Viva Cred (RJ).

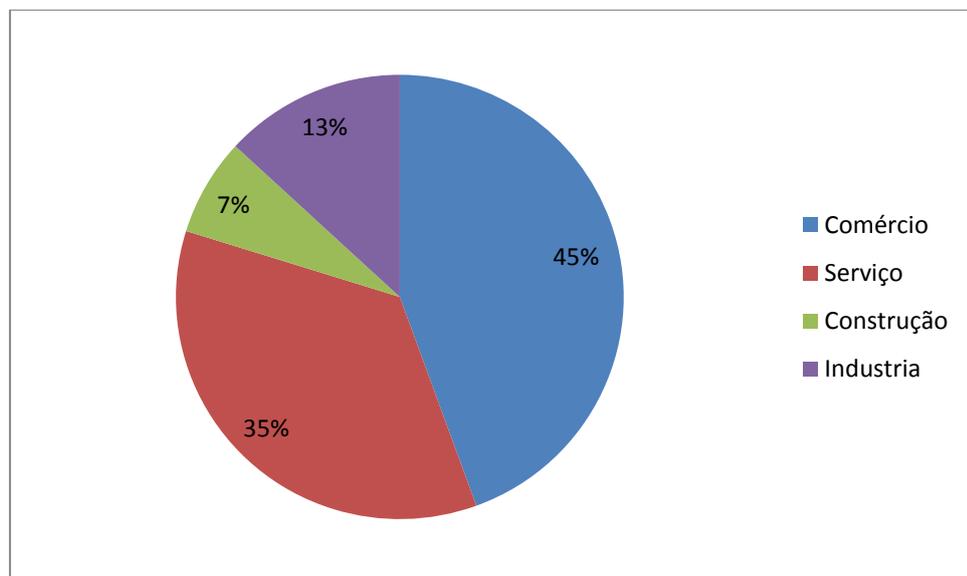
2.7 Pequenos negócios no Brasil

Segundo SEBRAE/RS (2015), atualmente no Brasil, existem 10 milhões de empresas entre micro empreendedores individuais, Micro e Pequenas Empresas. Com isso, mais de 95% das empresas do país são representadas pelos pequenos negócios.

Conforme Gráfico 1, a maioria das pequenas empresas estão no setor do comércio, que corresponde 45%. O setor de serviço apresenta 35% dos pequenos empresários, seguido da indústria com 13% e construção com 7%.

As pequenas empresas geram 52 % dos empregos formais, o que corresponde aproximadamente a 17 milhões, aproximadamente, de vagas com carteira assinada, com isso 27% do PIB brasileiro vêm dos pequenos negócios. (SEBRAE/RS, 2015).

Gráfico 1 – Pequenas empresas na economia brasileira



Fonte: SEBRAE/RS (2015), adaptado pelo autor.

Os números relacionados a impostos também são consideráveis, visto que 334 bilhões de reais de arrecadação com tributos municipais, estaduais e federais foram gerados pelas pequenas empresas desde 2007.

Contudo, fica clara a importância do pequeno empreendimento para o Brasil, tendo em vista que as micro e pequenas empresas têm um papel fundamental para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.

3. METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo expor os aspectos metodológicos da pesquisa, bem como o tipo de estudo, o universo da pesquisa, o objetivo e a base de dados do trabalho.

3.1 O método de pesquisa e seu objetivo

Chegar à veracidade dos fatos é um dos grandes objetivos da ciência, porém ela não se distingue de outras formas de conhecimento, mas o que deixa o conhecimento científico distinto dos demais é a sua característica: a verificabilidade (GIL 2010). Para que o conhecimento seja considerado científico, precisa-se identificar as operações mentais e técnicas para que se possa provar a sua verificação, ou seja, encontrar o método correto para tal (GIL 2010).

Conforme Bocchi (2004, p.19),

O método procura evidenciar a postura do investigador, prever os passos necessários a fim de garantir tanto a exequibilidade de todo o processo com sua qualidade. Uma postura ingênua em relação à função e natureza do método e da própria natureza do conhecimento científico está na expectativa de que a aplicação de um determinado método, ou do método científico, poderia garantir uma observação e um estudo da realidade isentos por parte do investigador, que levaria a resultados igualmente neutros e isentos.

Fica clara a importância do método realização do objetivo de trabalho, que conforme Thums (2003, p.46)

O método é uma forma ou maneira de realizar algo, uma ação. É o caminho que percorremos para atingir os nossos objetivos previamente estabelecidos. Não há caminho sem a clareza dos objetivos. É possível chegar a um determinado ponto, através de um ou vários métodos, sem que nossos objetivos tenham sido alcançados.

Portanto, diante destes conceitos, este trabalho tem como método uma análise descritiva, que segundo Gil (2010), tem como objetivo primordial a descrição

Tabela 1 – Dez maiores municípios do RS segundo o PIB - 2012

Municípios	Valor (R\$ 1 000)	Variação nominal (%)	Participação (%)		Posição no <i>Ranking</i> em 2011
			2012	2011	
Porto Alegre	48.002.209	5,5	17,29	17,27	1º
Caxias do Sul	16.651.357	0,1	6,00	6,31	2º
Canoas	14.856.173	-4,2	5,35	5,88	3º
Rio Grande	8.965.447	9,4	3,23	3,11	4º
Gravataí	6.936.437	-5,0	2,50	2,77	5º
Passo Fundo	6.275.589	25,8	2,26	1,89	9º
Triunfo	6.071.171	2,3	2,19	2,25	6º
Novo Hamburgo	5.836.593	6,1	2,10	2,09	7º
Pelotas	5.532.992	2,1	1,99	2,06	8º
Santa Cruz do Sul	5.128.333	3,7	1,85	1,88	10º
Total	124.256.302	-	44,75	45,50	-
Rio Grande do Sul	277.657.666	5,3	100,00	100,00	-

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística (2015).

Devido à ampliação do canal do porto da cidade, novos investimentos deram um impulso na economia do município nestes últimos anos, principalmente no período de estudo desta pesquisa. Um polo naval está operando na cidade, sendo a plataforma petrolífera P-53 a primeira grande operação do polo no município.

Devido a isso, Rio Grande tem se destacado em âmbito estadual e nacional nos últimos anos. Além disso, Rio Grande tem uma economia extremamente competitiva e diversificada, sendo bem abastecida de bens e serviços em diversas áreas.

O município de Rio Grande, conforme Tabela 2, apresenta um IDHM de 0,744 estando em sétimo lugar dentre os municípios mais ricos do Estado. Vale ressaltar que o IDHM varia de 0 e 1, quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, estado, município ou região. No caso de Rio Grande, o resultado de 0,744 significa um IDHM alto, visto que o mesmo mensura três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. A cidade apresenta-se entre os 150 melhores municípios do estado, na posição 144º dentro do Rio Grande do Sul, no universo de 496 cidades mensuradas.

Tabela 2 - Os dez maiores IDHM (2010) das dez maiores cidades do RS segundo o PIB (2012)

Posição	Municípios	IDHM (2010)	Posição no RS
1º	Porto Alegre (RS)	0,805	1º
2º	Caxias do Sul (RS)	0,782	12º
3º	Passo Fundo (RS)	0,776	24º
4º	Santa Cruz do Sul (RS)	0,773	27º
5º	Canoas (RS)	0,750	103º
6º	Novo Hamburgo (RS)	0,747	116º
7º	Rio Grande (RS)	0,744	144º
8º	Pelotas (RS)	0,739	163º
9º	Gravataí (RS)	0,736	180º
10º	Triunfo (RS)	0,733	189º

Fonte: Atlas Brasil (2015) adaptado pelo autor.

Dentre os dez maiores municípios do estado, conforme Tabela 3, a cidade de Rio Grande está em sexto lugar com um índice de Gini de 0,51. O índice de Gini, ou coeficiente de Gini, é usado para medir a desigualdade social, é dado entre 0 e 1 sendo que zero corresponde a uma completa igualdade de renda, já 1 resulta em uma completa desigualdade entre as rendas.

Dentro do mensurado no Estado do Rio Grande do Sul, o município não apresenta uma colocação satisfatória, ficando em 384º, dentre os 496 município pesquisados do RS.

Tabela 3 - Os dez maiores GINI (2010) dos dez maiores municípios segundo o PIB (2012)

Posição	Municípios	Índice de Gini (2010)	Posição no RS
1º	Gravataí (RS)	0,44	161º
2º	Triunfo (RS)	0,44	185º
3º	Caxias do Sul (RS)	0,48	286º
4º	Santa Cruz do Sul (RS)	0,49	332º
5º	Canoas (RS)	0,51	368º
6º	Rio Grande (RS)	0,51	384º
7º	Passo Fundo (RS)	0,52	403º
8º	Novo Hamburgo (RS)	0,53	425º
9º	Pelotas (RS)	0,54	440º
10º	Porto Alegre (RS)	0,60	480º

Fonte: Atlas Brasil (2015) adaptado pelo autor.

O índice FIRJAN de desenvolvimento Municipal, que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em questões como: emprego e renda, educação e saúde, nos mostra que, conforme Tabela 4, o município de Rio Grande encontra-se em sétimo colocado dentre os dez municípios mais ricos do Estado, com um índice de 0,7518, ficando atrás de Novo Hamburgo, Canoas, Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul. No ranking gaúcho, Rio Grande encontra-se na 118^o.

Tabela 4 - Os dez maiores IFDM (2011) das dez maiores cidades segundo o PIB (2012)

Posição	Municípios	IFDM (2011)	Posição no RS
1 ^o	Santa Cruz do Sul (RS)	0,8463	3 ^o
2 ^o	Caxias do Sul (RS)	0,8244	23 ^o
3 ^o	Passo Fundo (RS)	0,8072	36 ^o
4 ^o	Porto Alegre (RS)	0,7643	95 ^o
5 ^o	Canoas (RS)	0,7570	105 ^o
6 ^o	Novo Hamburgo (RS)	0,7526	116 ^o
7 ^o	Rio Grande (RS)	0,7518	118 ^o
8 ^o	Triunfo (RS)	0,7494	124 ^o
9 ^o	Gravataí (RS)	0,7465	131 ^o
10 ^o	Pelotas (RS)	0,7199	191 ^o

Fonte: Atlas Brasil (2015) adaptado pelo autor.

3.3 A base de dados

Os dados referentes ao microcrédito no município de Rio Grande foram obtidos junto a Juriti Micro finanças, que é uma organização não governamental credenciada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, localizada na cidade de Pelotas – RS, que oferta crédito produtivo e orientado através do Programa Gaúcho de Microcrédito. Através de um termo de parceria, utiliza a Prefeitura Municipal do Rio Grande como fomentador no acesso ao microcrédito.

Ao total serão utilizadas todas as noventa propostas de microcrédito efetuadas em Rio Grande, que compreende o período de pesquisa deste trabalho.

Todas estas propostas foram atendidas dentro da Prefeitura Municipal do Rio Grande, visto termo de parceria com a OSCIP Juriti Microfinanças, que viabiliza tal procedimento. Todas as propostas de microcrédito dos tomadores de Rio Grande, efetuadas no período de 2012 a 2014, estão dentro do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Já os dados referentes ao microcrédito, via PGM, em âmbito estadual foram obtidos através da unidade de microcrédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, através de planilhas cedidas pelo órgão.

Os dados cedidos pelo BANRISUL contemplam o número total de propostas referente a uma determinada faixa de valor de empréstimos, que compreende de R\$ 100,00 até o valor de R\$ 15.000,00. Também é contemplada, nos dados, a intenção de empréstimo de microcrédito obtido por parte do tomador, podendo ser como investimento ou capital de giro.

As planilhas também indicam o total de tomadores do sexo feminino e masculino que se tornaram tomadores de microcrédito através do Programa Gaúcho de Microcrédito no período de pesquisa deste trabalho. A situação do microempreendedor também é refletida nos dados cedidos pelo BANRISUL, podendo, desta forma, mensurar a quantidade de empreendimentos formais e informais que fizeram uso de microcrédito dentro do Programa fomentador do Governo Estadual.

Por fim, tiveram-se os dados referentes ao volume financeiro total de microcrédito por setor, compreendendo Agricultura, Comércio, Indústria e Serviço.

4. MICROCRÉDITO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo aborda as características e os resultados obtidos através do Programa Gaúcho de Microcrédito no Estado do Rio Grande do Sul, dados estes fornecidos pelo setor de microcrédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.

Conforme os dados, no período de 2012 a 2014, o Programa Gaúcho de Microcrédito teve um volume de 96.616 operações totalizando mais de 450 milhões de reais que foram injetados nos micro empreendimentos.

Segundo Tabela 5, teve-se em 2013 o ápice do volume ofertado de empréstimos para microempreendedores, na qual se verifica um total acima dos 184 milhões ofertados com microcrédito, via PGM. O respectivo ano ainda apresentou um volume de microcrédito para cada cem mil habitantes de R\$ 1.731.931,38, o que de fato corresponde ao melhor ano, dentre o período de estudo deste trabalho, em relação a volume ofertado de microcrédito. O volume ofertado em 2013 significa um aumento de 61% em comparação ao descrito no ano anterior, que correspondeu a aproximadamente 115 milhões de reais. O volume de microcrédito para cada cem mil habitantes, em 2012, foi de R\$ 1.078.036,56. Em 2014, o volume de microcrédito apresentou uma baixa em comparação ao ano anterior, totalizando um pouco mais de 169 milhões de reais. O valor final no período de 2014 corresponde a uma variação positiva de 47% quando comparado com o volume ofertado no primeiro ano de acesso do microcrédito no Rio Grande do Sul, via Programa Gaúcho de Microcrédito e uma redução de 8,19% em relação a 2013.

Tabela 5 - Microcrédito, via PGM, no RS

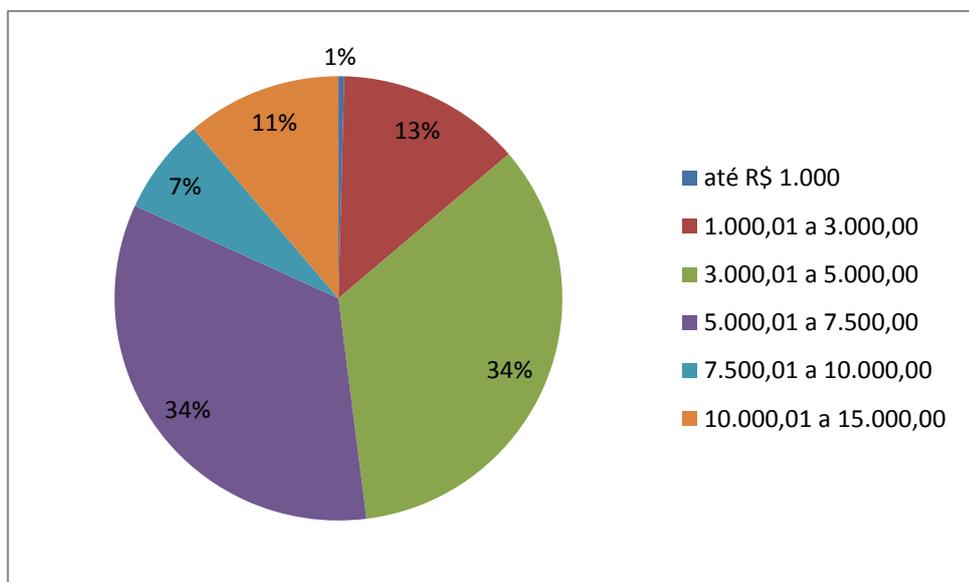
	2012	2013	2014
Volume Microcrédito (R\$)	114.702.324,52	184.276.268,66	169.175.181,15
Variação acumulada	-	61%	47%
População ¹ (2010)	10.639.929	10.639.929	10.639.929
Volume para cada 100.000 hab (R\$)	1.078.036,56	1.731.931,38	1.590.002,91

Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Nota: 1 - Optou-se por manter fixa a população de 2010 em face de ser derivada de uma contagem real.

Conforme mostra o Gráfico 2, as faixas que são mais utilizadas para financiamentos dentro do Programa Gaúcho de Microcrédito são entre R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00 e R\$ 5.000,01 a R\$ 7.500,00, totalizando 34% de todos os tomadores de microcrédito cada faixa. A menor faixa está localizada no valor até R\$ 1.000,00 que totaliza apenas 1% de todos os tomadores de microcrédito.

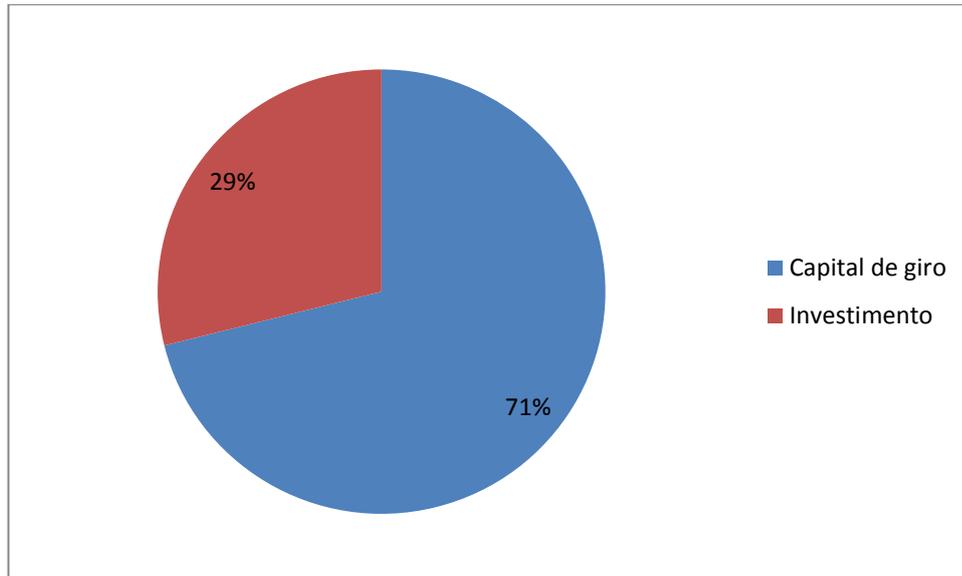
Gráfico 2 – Distribuição da carteira por faixa de valor financiado no RS



Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Conforme o Gráfico 3, do total de tomadores de microcrédito, 71% utilizam como capital de giro, ou seja, compra de mercadorias para abastecimento do seu negócio e revenda. Com isso, 29% dos tomadores de microcrédito utilizam para investimento, ou seja, compra de maquinários ou melhorias no seu empreendimento.

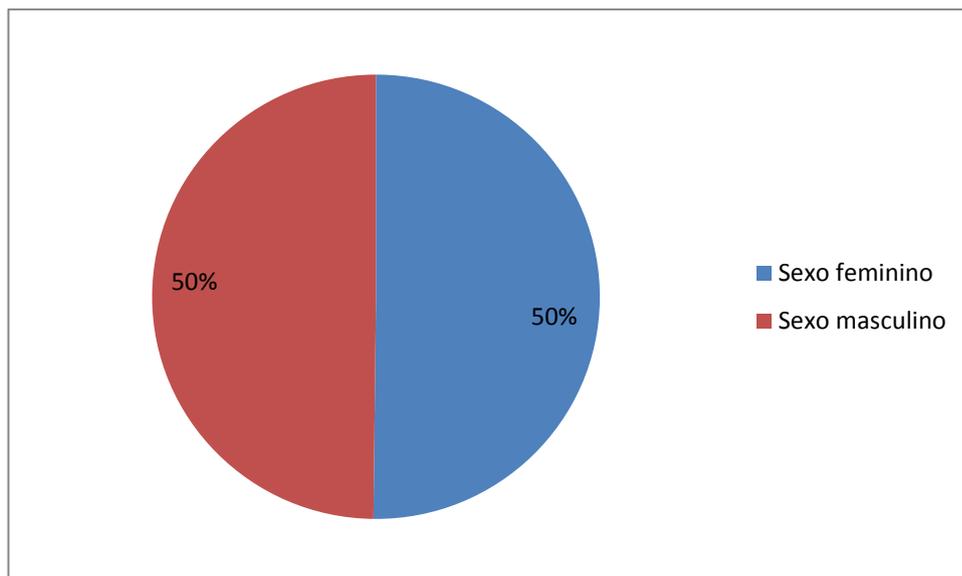
Gráfico 3 – Distribuição da carteira por utilização do crédito



Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Em relação à distribuição por gênero, fica claro que o programa atende ambos os gêneros sem distinção, pois conforme o Gráfico 4, o número de mulheres e de homens atendidos pelo programa de microcrédito apresentam uma igualdade, totalizando 50% para ambos os sexos.

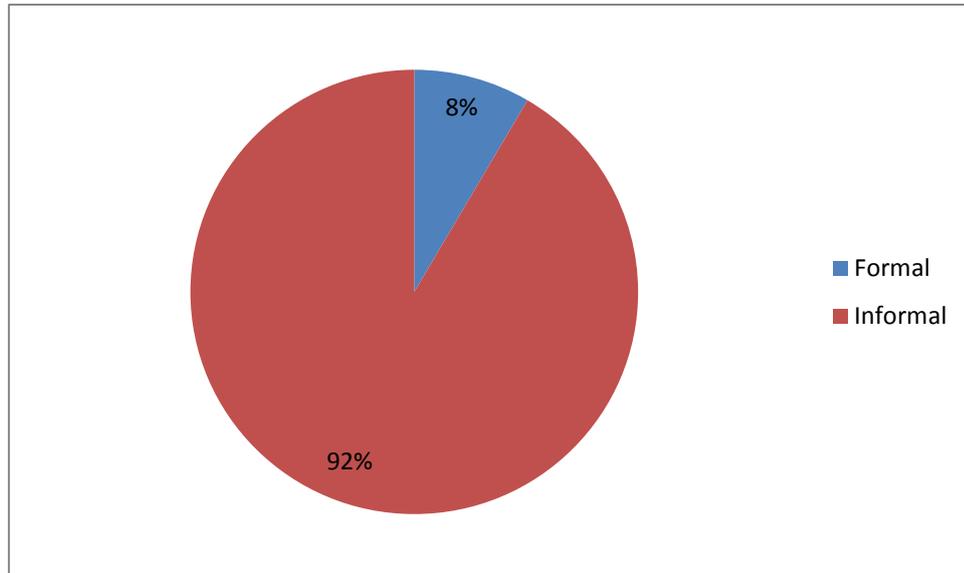
Gráfico 4 – Distribuição da carteira por gênero



Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Fica claro também, visto Gráfico 5, que o empreendedor informal obtêm mais financiamentos via microcrédito pelo PGM, com um total de 92% dos tomadores, contra apenas 8% do empreendedor formal.

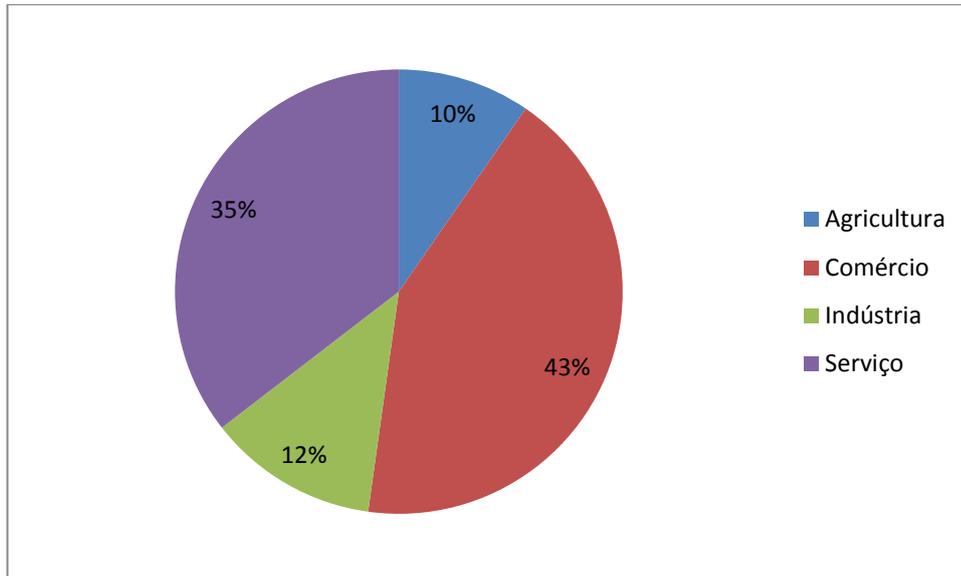
Gráfico 5 – Distribuição da carteira por formalização.



Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Conforme Gráfico 6, que mostra a distribuição da carteira por setor, fica claro que o comércio é o setor com maior número de volume de financiamentos de microcrédito via PGM dentro do Estado do Rio Grande do Sul, com um total de 43% de todos os tomadores. Em segundo lugar aparece o setor de serviço com 35%, seguido de indústria com 12% e por último o setor agrícola com apenas 10% de todos os tomadores de microcrédito.

Gráfico 6 – Distribuição da carteira por setor.



Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

Com tudo que foi exposto, fica claro mensurar as características do microcrédito, via Programa Gaúcho de Microcrédito, no Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se descrever que somente a questão de gênero é o item que apresenta uma divisão igualitária, visto que tanto homens quanto mulheres, microempreendedores no Estado, necessitam de crédito para fomentarem seus pequenos negócios. Fica clara, também, a preferência por valores mais altos de obtenção de crédito por parte dos microempreendedores, tendo em vista a baixa acolhida do valor de até R\$ 1.000,00. O capital de giro é uma parte do investimento de extrema importância para a saúde financeira de um negócio, principalmente quando o microempreendedor está começando seu empreendimento. Isso fica evidenciado pela grande maioria dos tomadores de microcrédito necessitar do recurso para utilização de capital de giro.

Uma das campanhas e metas do SEBRAE/RS é justamente na formalização do microempreendedor, tendo em vista que as maiorias dos pequenos negócios estão atualmente na informalidade. Isso fica claro quando se percebe que a grande maioria dos tomadores de microcrédito opera na informalidade. Como visto no capítulo anterior, os pequenos negócios encontram-se no setor do comércio, isso fica mais evidenciado tendo em vista que a maior quantidade de tomadores de microcrédito está no setor supracitado.

Em apenas três anos do Programa Gaúcho de Microcrédito, os números relacionados a volume de crédito são interessantes, tendo em vista que mais de R\$ 450 milhões foram injetados nos pequenos empreendimentos dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Isso mostra a importância dos pequenos negócios dentro da economia do Estado, principalmente no que se refere à criação de emprego e renda para a população, sendo essa uma das causas para a diminuição das desigualdades sociais.

5. MICROCRÉDITO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Este capítulo aborda as características e os resultados obtidos através do Programa Gaúcho de Microcrédito no município de Rio Grande, dados estes fornecidos pela OSCIP Juriti Microfinanças, tendo em vista parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande, no período que compreende este trabalho.

Segundo Tabela 6, os números referentes à percentagem de variação acumulada no volume de microcrédito apresentam semelhança com os resultados obtidos da evolução do volume de microcrédito dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2013, o volume de microcrédito apresenta o seu melhor resultado, sendo ofertado o volume de R\$ 313.872,70, o que corresponde a um aumento de 65% em relação ao ano anterior, que significou um volume de R\$ 190.041,81. Ainda em 2013, teve-se para cada cem mil habitantes, a quantia de R\$ 159.142,06 em volume de microcrédito, via PGM. O volume de microcrédito para cada cem mil habitantes em 2012, foi de R\$ 96.356,40. Já em 2014, o volume de microcrédito apresentou uma redução quando comparado ao ano anterior, totalizando a quantia de R\$ 283.065,45. O valor total do volume de microcrédito em 2014 corresponde a uma variação positiva de 49% quando comparado com o volume ofertado no primeiro ano de acesso do microcrédito no município de Rio Grande, via Programa Gaúcho de Microcrédito e uma redução de 9,81% em relação a 2013. De uma forma geral os anos de 2013 e 2014 representaram um aumento significativo comparados a 2012.

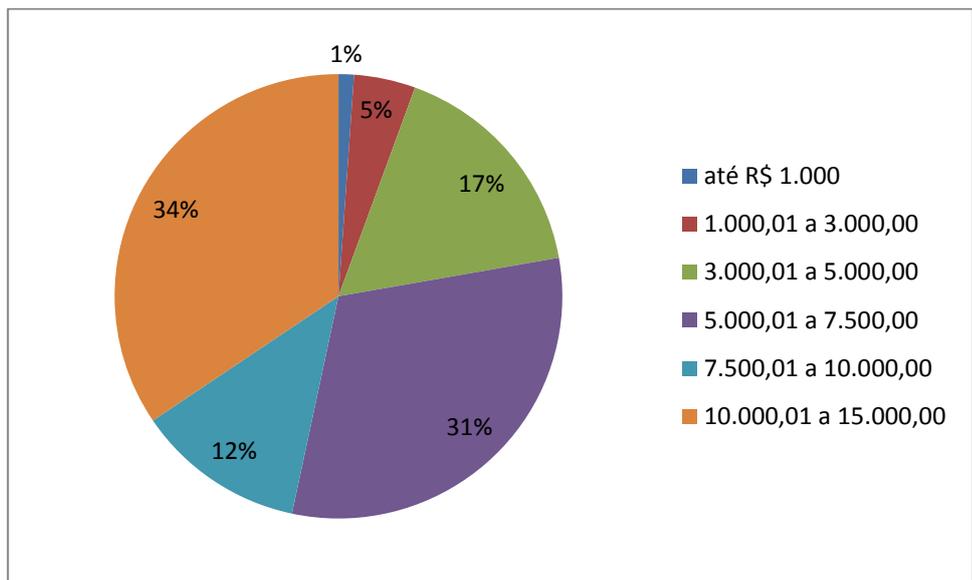
Tabela 6 - Microcrédito, via PGM, em Rio Grande.

	2012	2013	2014
Volume Microcrédito (R\$)	190.041,81	313.872,70	283.065,45
Variação acumulada	-	65%	49%
População (2010)	197.228	197.228	197.228
Volume para cada 100.000 hab (R\$)	96.356,40	159.142,06	143.521,94

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Conforme dados obtidos no período de 2012 a 2014, o Programa Gaúcho de Microcrédito, em Rio Grande, teve um volume de 90 operações e de acordo com o Gráfico 7, a faixa que é mais utilizada para financiamentos dentro dos tomadores de créditos riograndinos é entre R\$ 10.000,00 a R\$ 15.000,00, totalizando 34% de todos os tomadores de microcrédito. A menor faixa está localizada no valor até R\$ 1.000,00 que totaliza apenas 1% de todos os tomadores de microcrédito.

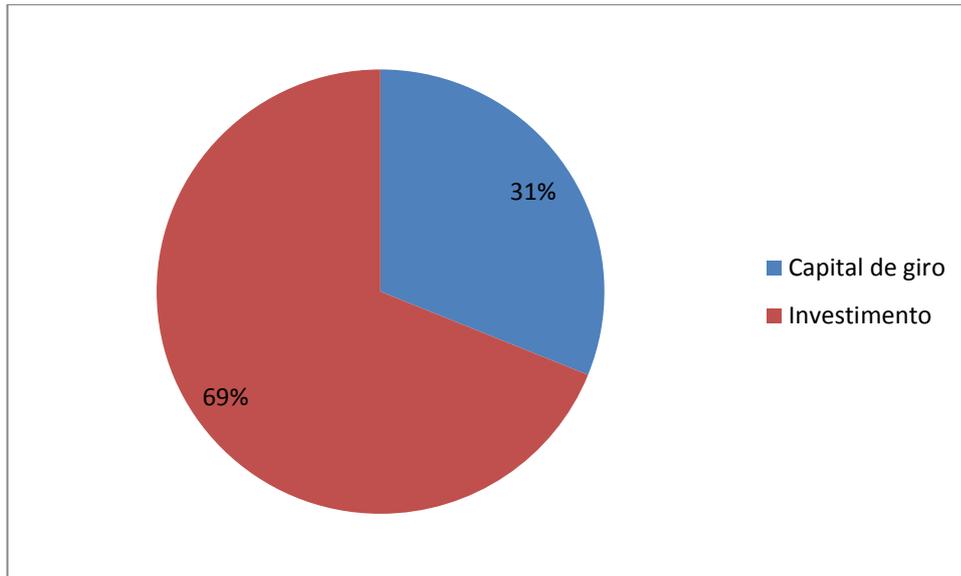
Gráfico 7 – Distribuição da carteira por faixa de valor financiado



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Conforme o Gráfico 8, do total de tomadores de microcrédito, 69% utilizam como investimento, ou seja, compra de maquinários ou melhorias no seu empreendimento. Com isso, 31% dos tomadores de microcrédito utilizam para capital de giro, ou seja, de mercadorias para abastecimento do seu negócio e revenda.

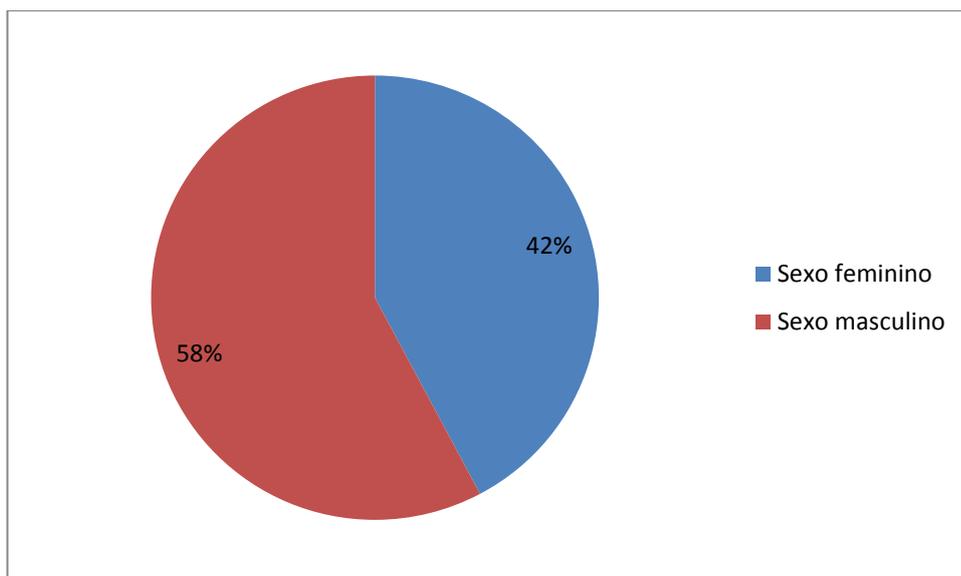
Gráfico 8 – Distribuição da carteira por utilização do crédito



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Em relação à distribuição por gênero, no município de Rio Grande, verifica-se, visto Gráfico 9, que os microempreendedores do sexo masculino acessaram mais o recurso disponibilizado, tendo em vista que 3,58% dos acessos foram de tomadores do sexo masculino. As mulheres representam 42% dos tomadores de microcrédito, via PGM, no município de Rio Grande.

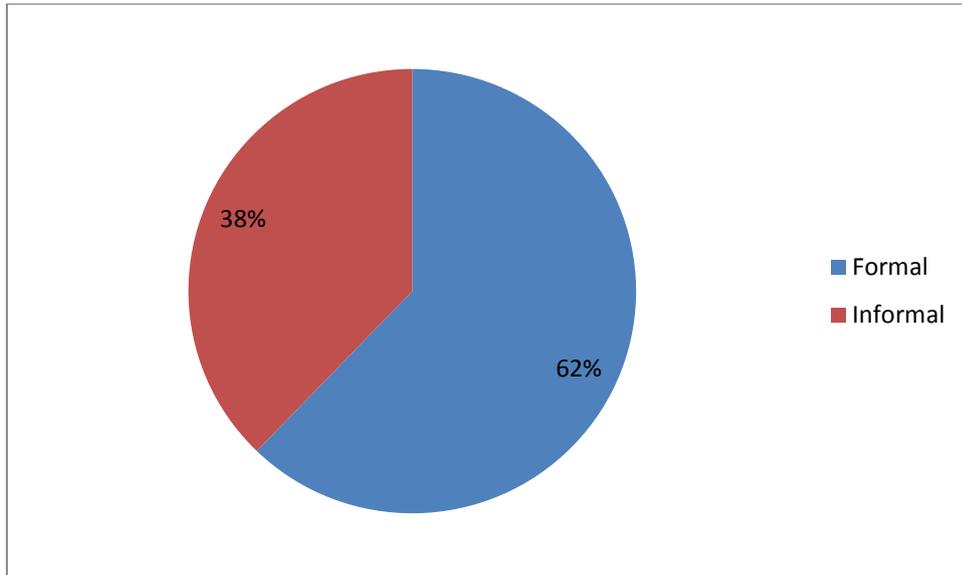
Gráfico 9 – Distribuição da carteira por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Fica claro também, visto no Gráfico 10, que o empreendedor formal utilizou mais a obtenção do financiamento via microcrédito pelo PGM, em Rio Grande. Com um total de 62% dos tomadores, contra 38% do empreendedor informal.

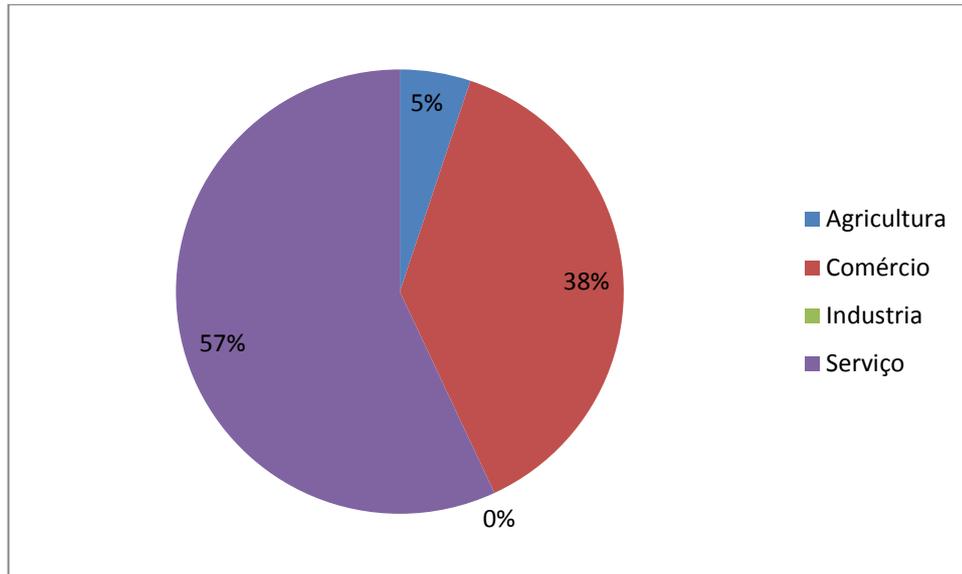
Gráfico 10 – Distribuição da carteira por formalização.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Conforme Gráfico 11, que mostra a distribuição da carteira por setor, fica claro que o serviço é o setor que mais obteve volume de microcrédito, via PGM, dentro da cidade do Rio Grande, com um total de 57% de todos os tomadores. Em segundo lugar aparece o setor de comércio com 38%, seguido de agricultura com 5%. O setor de indústria não apresenta tomadores de microcrédito em Rio Grande.

Gráfico 11 – Distribuição da carteira por setor.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Juriti Microfinanças (2014).

Com tudo que foi exposto, fica claro que os dados relacionados ao acesso do microcrédito, via PGM, em Rio Grande demonstram uma diferença em relação aos dados obtidos do Estado do Rio Grande do Sul. A diferença mais significativa fica em torno do valor necessitado pelos microempreendedores do município, tendo em vista o grande volume de empréstimos na faixa de R\$ 10.000,01 a R\$ 15.000,00, totalizando o maior número de tomadores do município de Rio Grande.

Em relação ao gênero, a maior parte dos tomadores é do sexo masculino, lembrando que no Estado do Rio Grande do Sul o resultado foi igualitário entre os gêneros. O setor formal também apresenta um maior acesso referente à aquisição do recurso quando comparado ao RS.

De todos os tomadores de microcrédito no município de Rio Grande, entre 2012 e 2014, o setor de serviços obteve o maior volume de microcrédito, totalizando 57% do total do volume de microcrédito concedido no período via Programa Gaúcho de Microcrédito. Quando comparado com os resultados do Rio Grande do Sul, se verifica que o setor de serviço apresenta o total de 35%, sendo esse o segundo setor que mais apresentou volume de microcrédito dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

O setor do comércio é o setor que apresenta o maior número de volume de microcrédito dentro do RS, totalizando 43% do total ofertado, no entanto em Rio

Grande, o setor apresenta o segundo lugar, com 38% do volume total ofertado de microcrédito no município.

O setor de agricultura aparece em terceiro com 5% do total do volume ofertado de microcrédito em Rio Grande. No Estado, o setor apresenta-se em quarto lugar com 10%.

O setor de indústria, que é o terceiro colocado no volume de microcrédito no RS, não apresenta volume de microcrédito em Rio Grande, tendo em vista que o município não apresentou tomadores do setor de indústria interessados na aquisição de empréstimos via Programa Gaúcho de Microcrédito.

Conforme Tabela 7, percebe-se que o volume de microcrédito do Rio Grande foi extremamente menor, quando comparado com o volume total do Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto que no RS obteve-se o volume de aproximados R\$ 468 milhões, em Rio Grande obteve-se o valor de aproximados R\$ 787 mil, o que corresponde a 0,17% quando comparado com o volume total obtido dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 7 - Representação do total de volume de microcrédito

	RS (sem Rio Grande)	Rio Grande
Volume microcrédito (2012 a 2014)	R\$ 467.366.794,37	R\$ 786.979,96

Fonte: Banrisul (2015) – Unidade de Microcrédito, adaptado pelo autor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar as características do microcrédito via Programa Gaúcho de Microcrédito, dentro do Município de Rio Grande e no Estado do Rio Grande do Sul, bem como se fez uma revisão teórica sobre o tema microcrédito através dos trabalhos acadêmicos.

Ficou clara a ideia de que um programa governamental, tal como o PGM, é importante para fomentar o acesso ao microcrédito dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Isto criou mais uma alternativa de fonte de recursos à disposição dos micro e pequenos empreendedores a fim de que possam promover melhorias no seu empreendimento.

Em si, o microcrédito é uma ferramenta valiosa de geração de emprego e renda, tendo em vista que o seu foco são os pequenos negócios e neles estão concentrados 27% do PIB brasileiro. As pequenas empresas geram 52% dos empregos formais, o que corresponde a aproximadamente 17 milhões de empregos (SEBRAE/RS, 2015).

A faixa de crédito mais utilizada para financiamentos dentro do PGM no RS é entre R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00 e R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00, já no município de Rio Grande é registrada a faixa de R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00 como sendo a mais utilizada.

No âmbito estadual, é registrada uma maior procura do PGM para ser utilizado como capital de giro. Em Rio Grande é visto o contrário, pois a maior utilização do microcrédito está em investimentos.

Em questão de gênero, não existe uma distinção na quantidade de homens e mulheres no acesso ao PGM dentro do RS, visto que existe uma igualdade perante os gêneros na obtenção do empréstimo. Já, no município, foi registrado mais homens na obtenção do acesso ao microcrédito.

Microempreendedores informais são a grande maioria no acesso ao PGM no Estado, o que difere no município, tendo em vista que o microempreendedor formal é o que mais acessa o programa em Rio Grande.

Dentro do PGM em âmbito estadual, obteve-se o setor de comércio com o maior número de tomadores de microcrédito, seguido de serviço, indústria e agricultura. Em Rio Grande, obteve-se o setor de serviço com a maior quantidade de tomadores, seguido de comércio e agricultura. Não foi registrado tomadores do setor de indústria no PGM atendidos em Rio Grande.

Verifica-se que o Programa Gaúcho de Microcrédito, tanto em relação aos resultados apresentados dentro do Estado do Rio Grande do Sul, bem como no âmbito local, teve o ano de 2013 como sendo o seu melhor ano em relação a volume ofertado de microcrédito. Também, tanto no município como no Estado, obteve-se o menor volume de microcrédito no ano de 2012. Em 2014, tanto no Rio Grande como no RS, obteve-se um menor volume total de microcrédito em comparação ao ano anterior, no entanto mantendo a crescente quando comparado com o ano de 2012.

O volume de microcrédito a cada 100 mil habitantes, no município, em 2012, foi de R\$ 96.356,40. No ano de 2013, a cidade registrou um aumento de 65% do volume total ofertado no município, o que aumentou para R\$ 159.142,06 o volume de microcrédito para cada 100 mil habitantes. Como foi registrada uma queda do volume ofertado no ano de 2014, foi registrado o volume de R\$ 143.521,94 por 100 mil habitantes, o que ainda representa um aumento muito significativo comparado com o registrado em 2012.

Os dados do Estado também refletem a mesma proporção em comparação ao município, tendo em vista que com um volume de crédito no total de R\$ 114.702.324,52 registrados no ano de 2012, o volume a cada 100 mil habitantes no RS foi de R\$ 1.078.036,56. Com um aumento de 61% do volume de microcrédito no ano de 2013, ápice do programa, o volume por 100 mil habitantes foi de R\$ 1.731.931,38. Em 2014, conforme queda registrada do total em comparação ao ano anterior, no entanto ainda assim manteve um volume superior ao registrado em 2012, correspondendo a um aumento de 47% do volume total de microcrédito. Isso representa o total de R\$ 1.590.002,91 a cada 100 mil habitantes.

Por fim, fica claro que o microcrédito é uma realidade dentro do município de Rio Grande, ainda que represente números muito singelos em comparação ao montante total apresentado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALVES, C; CAMARGOS, M. Fatos condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. **Revista de administração e contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, RS, V.11, n.1, p.59-74, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2014.111.05/3967>>. Acesso em: 14 out. 2014.

ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. 46 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em 18 de março 2015.

BANRISUL. Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Unidade de microcrédito. Dados sobre o Microcrédito – RS (PGM). Disponível em: <www.microcreditors.com.br> Acesso em 02 de maio de 2015.

BOCCHI, J. I. **Monografia para economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

BRASIL. Atlas Brasil. Desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>> Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Fundação de Economia e Estatística. Produto Interno Bruto. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/>> Acesso em: 07 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 30 abr. 2015.

CANUTO, Otaviano. Doses de microcrédito contra a pobreza. Publicado jornal **Valor** em 02/01/2001. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo152.htm>>. Acesso em: 14 out. 2014.

COSTA, F.N. **Microcrédito no Brasil**. Texto para Discussão n.175. Campinas: IE-UNICAMP, 2010.

DECRETO nº 48164, de 15 de julho de 2011, que institui o Programa Gaúcho de Microcrédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

FIORI, A., GOLDMARK, S. NICTER, S. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. PDI/BNDES, 2002.

GIL, A.C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

JURITI MICROFINANÇAS. Juriti Microfinanças. Disponível em <www.juriti.net>. 2015. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

NAQVI, F.B., GUZMÁN, G.F. **-Microfinanças em Foco**. RAE Executivo – Volume 2 – Número 4 – Nov 2003 a Jan 2004. Disponível em <<http://rae.fgv.br/gv-executivo/vol2-num4-2003/microfinancas-em-foco>>. Acesso em 21 de março de 2015.

NEWLANDS JR., C., A. **Sistema Financeiro e Bancário: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MENEZES, Robert K. **Destruição Criativa** – A Contribuição de Schumpeter para o Empreendedorismo. UFCG. 2003

MONZONI Jr., M., P., **Impacto em Renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia)**, no município de São Paulo. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2006.

PEREIRA, S.E. **Implicações da evolução do conceito de pobreza para a luta contra a pobreza: uma reflexão**. 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/>. Acesso em 30/11/2015.

PRADO, Carlos A. G. **Associação de microcrédito: uma proposta para Cacoal**. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Catarina para obtenção do título de mestre em engenharia de produção. Santa Catarina: 126 p., 2002.

SCHREIDER, J.G. **O papel do microcrédito no combate à pobreza: Avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores clientes do banco do empreendedor**. 175f. Tese (Doutorado em desenvolvimento econômico). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE/RS. **Compre do pequeno**. Disponível em <www.sebrae.com.br>. 2015. Acesso em: 17 de junho de 2015.

SESAMP. **Microcrédito Incorpora novos tomadores e supera R\$ 439 milhões em financiamentos**. Disponível em <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=2&id=4577>. Acesso em 21 de out. de 2014.

TOMELIN, Mario. **O microcrédito no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.saa.unito.it/pdf/alfa/tomelin.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2015.

THUMS, Jorge, **Acesso à realidade: técnica de pesquisa e construção do conhecimento**. Canoas: Ed. Ulbra, 2003.

YUNUS, Muhammad, **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

YUNUS, Muhammad, **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.